REFERENCIAL

BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO 25 DE ABRIL

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

N.º 46 / JANEIRO A MARÇO 97 / ANO 11

EDITORIAL

DEMOCRACIA DE FOTOCÓPIA

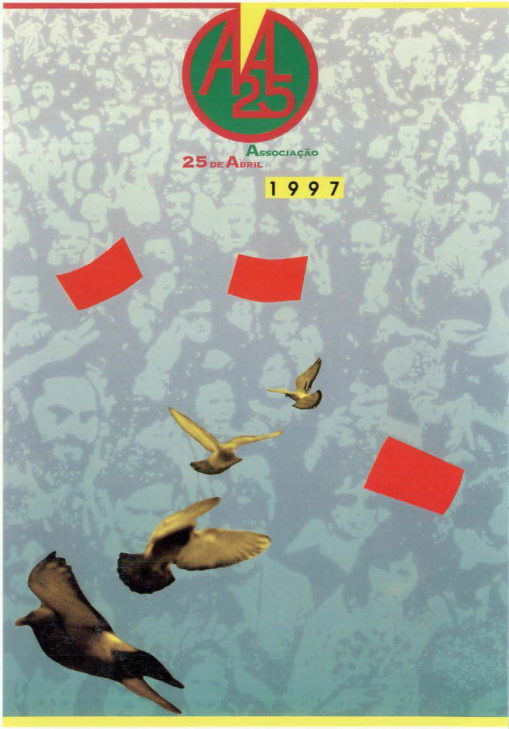
A entrada neste ano de 1997, com o 25 de Abril prestes a perfazer 23 anos, neste ano em que se darão passos decisivos na construção da União Europeia (UE), são visíveis diversas manifestações de incomodidade, de insatisfação, aqui e ali mesmo de revolta, perante o rumo que se tem imprimido à democracia portuguesa. Em sectores onde se destacam personalidades que conquistaram prestígio na luta pela reinstauração das liberdades em Portugal, alguns mesmo insuspeitos de apenas serem motivados por uma oposição sistemática aos poderes instalados, os sinais multiplicam-se, as vozes sobem de toms, são óbvios os desencantos, as desilusões, perante esperanças frustradas.

O contacto com alguma imprensa estrangeira especializada, mostra-nos que o fenómeno não é apenas português, é mesmo comum à generalidade dos países da UE e até está, em grande parte, intimamente associado à lógica da UE.

A teoria ensina, e a experiência o confirma que, quanto mais amplo é o espaço político, mais distanciado o cidadão se encontra dos centros de decisão e, por isso mesmo, mais ténues são os laços democráticos entre governados e governantes. A alienação cívica alastra, dilui-se a componente participativa da democracia o que, aliás, não deixa de ir ao encontro do desejo da generalidade dos governantes, sempre ciosos em apenas valorizarem a componente representativa.

Acresce que, num modelo como aquele que está a ser construído na UE, as grandes decisões que traçam os destinos dos cidadãos, relacionadas com a moeda, o emprego, o investimento, a segurança, a defesa nacional, a política externa e até as grandes opções constitucionais, são cada vez menos atributos dos cidadãos através dos seus representantes democraticamente eleitos, para serem tomadas em instâncias burocráticas europeias, por órgãos e personalidades que eles não escolheram, não conhecem e não controlam. Os parlamentos nacionais e mesmo o

(Continua na pág. 16)



SUMÁRIO

Editorial 1

Testemunhos ..... 3 e 4

Opinião ..... 5 - 8

25 de Abril, Ano XXIII 9

Das Delegações e Núcleos ..... 10 e 11

Mosaico 12

Vida Associativa ..... 13 e 14

Desporto e Recreio 15

IMPRESSÃO:
Tip. Escola ADFA
Rua Artilharia Um
Telef. 385 35 93
1000 LISBOA

DIRECÇÃO:
Pedro Pezarat Correia

TIRAGEM:
4500 exemplares

ENDEREÇOS:
Associação 25 de Abril
Rua Luís de Camões, 47 • Tel. 4198105 • Fax 4198130
2795 Linda-a-Velha
DELEGAÇÃO DO NORTE
Apartado 4678
4012 PORTO
DELEGAÇÃO DO CENTRO
Apartado 3041
3000 COIMBRA
DELEGAÇÃO DO CANADÁ
153 Hamilton St
Toronto - Ontario – M4M 2C9
NÚCLEO DO ALENTEJO
Rua Bernardo Santareno, nº 2
Bairro das Nogueiras
7000 ÉVORA
NÚCLEO DO ALGARVE
Rua Francisco Gomes, 18 - 1.º
8000 FARO
NÚCLEO DE CASTELO BRANCO
Bairro Buenos Aires, 47
6000 Castelo Branco

Depósito Legal N.º 32998/89

JANTAR CONVÍVIO

Como é já habitual, vamos comemorar o aniversário do 25 de Abril, com um fraterno convívio. A experiência do jantar, no dia 24, tem resultado e por isso vamo-la repetir. Insistindo numa solução semelhante à do ano passado.

Este ano o jantar vai ter um sabor especial, pois vai realizar-se nas instalações do **Regimento de Engenharia de Lisboa,** na **Pontinha**, local onde há 23 anos se situou o **Posto de Comando** do **MFA**.

Tal como em 1996, também é necessário uma ***inscrição prévia***. Recorrendo à experiência de há um ano, procurando evitar as dificuldades de última hora (recorde-se que foi impossível arranjar jantar para todos os não inscritos...), insistimos no mesmo apelo: INSCREVA-SE JÁ, por carta ou pelo telefone, para a A25A.

Para facilidade de organização, apelamos também ao ***pagamento antecipado*** do jantar. Isso permitir-nos-á ***enviar pelo correio a senha de entrada***, o que tornará bem mais fácil o trabalho no local do jantar. Por isso, **faça a inscrição, envie o pagamento prévio e receberá a senha para o jantar**.

Se por qualquer motivo não puder fazer a inscrição prévia, não deixe de comparecer. Haverá sempre algumas refeições de reserva. mas, por todos os motivos invocados e tendo presente a experiência de 96, no mínimo inscreva-se já e, se possível, faça o pagamento antecipado. Colabore e ajude-nos a melhorar o convívio do 23.º aniversário do 25 de Abril.

LOCAL	Regimento de Engenharia de Lisboa, PONTINHA.
DATA/HORA	Dia 24 de Abril de 1997, às 20H00.
PREÇO	2.500$00 (dois mil e quinhentos escudos) por pessoa.
EMENTA	Acepipes variados. Prato de peixe / Prato de carne. Doces. Fruta. Vinho Tinto e Branco. Café. Digestivo.

DIVULGUE esta iniciativa, junto dos amigos do 25 de Abril.

TRAZ OUTRO AMIGO, TAMBÉM! VENHAM MAIS CINCO!

INSCREVA-SE, atempadamente

Na capa: *Carta: da Autoria do Escultor José Rodrigues*

OS OFICIAIS E A ÁFRICA

Depois das chamadas campanhas de pacificação e ocupação – fins do século XIX e princípios do século XX – as colónias africanas tornaram-se um polo de atracção para os militares, particularmente para os oficiais.

Muitos houve que passaram em África uma boa parte da sua carreira. Dessa forma asseguravam uma situação económica mais desafogada e alcançavam um estatuto social que não atingiam na metrópole. Também não podemos esquecer que, ao longo dos anos, a grande maioria dos lugares de Governador de Distrito foi ocupada por oficiais e que muitos chegaram a Governador Geral ou equivalente.

No aspecto puramente militar a ocupação das colónias era inexistente. Um número muito reduzido de Unidades nativas com quadros brancos servia, apenas, para garantir mais alguns lugares visto que, por carência de preparação e de meios, a sua capacidade operacional era efectivamente nula.

Em termos gerais esta situação manteve-se até finais de 1960, apenas com duas interrupções esporádicas: O curto período em que, durante a I Grande Guerra, se combateu em África contra os alemães e parte da II Grande Guerra, com as tropas expedicionárias enviadas para Cabo Verde.

A sublevação na Baixa de Cassange (Angola) em Dezembro de 1960/Janeiro de 1961 marca o início de uma profunda alteração na vida militar africana. Começa o envio de tropas com missões operacionais, o que se acentua a partir de 15 de Março de 1961, na sequência das chacinas efectuadas no Norte de Angola pela UPA. A célebre frase de Salazar "rapidamente e em força" tornou-se numa realidade e muitas unidades militares foram enviadas para Angola.

Creio poder dividir em três grupos distintos os oficiais que foram enquadrando essas tropas. Uma boa parte acreditava sinceramente que ia defender a Pátria e a civilização cristã; outra parte não partilhava essa ideia mas, com a formação apolítica que lhe fora ministrada na Escola do Exército, limitava-se a obedecer sem discutir; finalmente havia um núcleo muito reduzido de oficiais onde predominavam os que tinham regressado da Índia desiludidos com a apregoada acção civilizadora portuguesa, os quais punham intimamente as mais sérias reservas à actuação que lhes era imposta.

E cabe aqui referir que, de uma maneira geral e surpreendentemente, foram Unidades comandadas por elementos defensores da civilização cristã que, na reconquista do Norte de Angola, cometeram atrocidades que conduziram aos 100.000 indígenas mortos estimados pela ONU. Refira-se, por exemplo, um comandante que só considerava dignos de pertencer à sua Unidade os militares que lhe apresentassem uma cabeça de negro.

Continuou a existir e assistiu-se ao acentuar da clivagem entre oficiais operacionais e oficiais do ar condicionado.

O alastramento do conflito à Guiné (1963), a Moçambique (1964), e ao Leste de Angola (1965), veio, logicamente, reforçar a intervenção militar e a conduzir a um empenhamento cada vez maior dos oficiais.

E esse empenhamento, impondo uma instabilidade de vida familiar, começou a produzir os seus efeitos. Por um lado a saturação foi-se instalando, arrastando a descrença nas missões atribuídas e chegando mesmo, a conduzir, nalguns casos, ao estabelecimento com o adversário de um tácito acordo de quase não agressão. Por outro lado foi-se tornando cada vez mais clara a noção de que o problema colonial era político e não militar tendo, para essa clarificação, desempenhado um importante papel os oficiais milicianos, muito mais politizados do que os do quadro permanente.

Foi-se tornando cada vez mais clara a noção de que o problema colonial era político e não militar.

Como consequência de tudo isto a composição dos grupos atrás referidos modificou-se profundamente. Os defensores da Pátria e da civilização cristã viram os seus efectivos reduzidos, radicalizando-se a generalidade dos que permaneceram fiéis a essas ideias. Também se generalizou a contestação, embora em graus diferenciados: Para uns, com carácter interior e passivo; para outros, com carácter progressivamente mais activo. Finalmente o grupo dos indiferentes e apáticos continuou a existir e assistiu-se ao acentuar da clivagem entre oficiais operacionais e oficiais do ar condicionado.

Quando, em Maio de 1973 e a propósito do Congresso dos Combatentes, ocorre o primeiro grande afrontamento entre oficiais e o sistema político vigente, tal só surpreendeu por entre os contestatários haver elementos de facção mais conservadora.

A publicação, em Julho de 1973, do célebre decreto n.° 353/73 desencadeou forte reacção corporativa nos jovens oficiais do Exército, que se sentiram fortemente prejudicados por essas disposições. Mas só em Dezembro, embora de forma ainda pouco clara, é posta em causa a continuidade da guerra colonial. Todavia o então Movimento dos Capitães havia já alargado a sua estrutura às três colónias onde se desenvolvia actividade operacional, o que contribuiu para o problema colonial se vir a tornar o cerne da questão.

A preocupação dos oficiais com as colónias africanas vem claramente expressa no Programa do Movimento das Forças Armadas surgido com o 25 de Abril. Mas não pode deixar

(Continua na página seguinte)

(Continuação da página anterior)

de se considerar surpreendente a ingenuidade com que essa preocupação é traduzida, como se a efectiva realidade africana fosse completamente desconhecida e para nada tivesse servido a vivência de treze anos de guerra.

Tendo feito parte do grupo que elaborou o Programa, ainda hoje me surpreende como foi possível uma tão grande falta de perspectiva global. É certo que na redacção do Programa se procurou evitar um afrontamento directo com o general Spínola, para quem era inaceitável qualquer ideia independentista, mas a realidade é que esse Programa revela um irrealismo que, inevitavelmente, teria de conduzir a uma descolonização complexa e controversa.

No próprio dia 25 de Abril são os oficiais que, nas colónias, procuram assegurar a manutenção do poder. E alguns vieram a participar nas reuniões preparatórias das novas independências africanas.

Porém a situação militar nos três teatros de operações complica-se. Traduzindo uma desmotivação e uma saturação há muito subjacentes, há unidades onde se defende abertamente o regresso imediato ao continente. E temos de reconhecer que nem sempre os oficiais puderam ou quiseram clarificar a situação esclarecendo devidamente os seus homens de que, embora a guerra tivesse acabado, continuava a ser indispensável a presença de tropas em África até a consumação das independências.

Ao nível dos mais altos comandos casos houve em que a incompetência e a incapacidade de compreender as novas realidades causaram profunda perturbação. Perante situações cada vez mais complexas ocorreram comportamentos de passividade ou de indecisão que agravaram o panorama, forçando a várias substituições de chefias. Toda essa turbulência tornou inevitável que para os lugares de Alto Comissário ou de Governador Geral fossem nomeados oficiais ligados ao Movimento das Forças Armadas.

Temos de reconhecer que nem sempre os oficiais puderam ou quiseram clarificar a situação esclarecendo devidamente os seus homens de que, embora a guerra tivesse acabado, continuava a ser indispensável a presença de tropas em África até a consumação das independências.

Voluntariamente ou por imposição, a África exerceu forte influência na vida dos oficiais portugueses.

Em Angola, anteriormente à independência, ocorre a actuação directa de oficiais na reserva ligados a forças estrangeiras. Obcecados por um anticomunismo pouco esclarecido, elementos houve que intervieram activamente ao lado das tropas sul-africanas invasoras, reforçando assim a instabilidade na região.

Não cabe aqui analisar o desenrolar da descolonização. Ela acabou por encerrar a intervenção global dos portugueses em África mas não fez terminar a presença de oficiais nas colónias.

É que, por analogias ideológicas e especialmente depois do 25 de Novembro, diversos oficiais para lá se deslocaram, actuando como conselheiros militares ou instrutores, particularmente no caso de Angola.

Por outro lado, e tendo passado à situação de reserva, alguns oficiais criaram pequenas empresas de importação-exportação ou de apoio técnico e, aproveitando o seu bom relacionamento com as autoridades locais, estabeleceram uma ligação de novo tipo com as ex-colónias africanas.

A estabilização da situação política em Angola e Moçambique há-de corresponder ao virar definitivo de uma página na história do relacionamento entre os oficiais e a África. Entretanto, e embora seja impossível adivinhar o futuro, talvez não seja muito ousado afirmar que a existência de tropas portuguesas em forças da ONU presentes no continente africano pode criar nova perspectiva de actuação.

Sem, de forma alguma, pretender criticar seja quem for, esta crónica procurou apenas mostrar que, ao longo do século XX, voluntariamente ou por imposição, a África exerceu forte influência na vida dos oficiais portugueses. E creio que essa realidade é indesmentível.

Nuno Fisher Lopes Pires

EMBOSCADA

Contemplo o nu local da emboscada:
Silêncio, pó, capim, sangue vertido
Em largas manchas de atroz colorido
Por sobre a terra dura da picada.

No chão, junto de mim, vejo caído
Um corpo a quem a vida foi roubada,
Envolto numa farda ensanguentada,
Virando ao céu o rosto esmaecido.

Lá longe, na aldeia, a mãe implora
À Virgem que o proteja a toda a hora
E ele jaz aqui, morto e gelado...

Ah! Quantas ilusões, quantos receios,
Quanta saudade, que amargos anseios
No seu olhar perdido, embaciado.

Nuno Fisher Lopes Pires

A ASSOCIAÇÃO 25 DE ABRIL E O FUTURO

O texto que se segue, da autoria do nosso associado David Martelo, constitui a versão integral de uma sua intervenção na última Assembleia-Geral da A25A. Comunicação polémica, como aliás o A. gosta de, salutarmente, assinalar as suas posições, teve, além de outras virtudes, o mérito de ter provocado um animado debate, que constituiu, sem dúvida, o momento mais marcante da Assembleia. Contamos que, com a sua publicação, a pedido do A., se abra a via para alargar, às páginas de "O Referencial", o debate iniciado na Assembleia-Geral.

É com um misto de esperança e apreensão que peço a vossa atenção para uma breve reflexão sobre o passado recente da nossa associação e as perspectivas que se nos deparam quanto ao seu futuro. Estou cada vez mais convencido de que se impõe, a muito curto prazo, uma profunda alteração do nosso ritmo associativo, sob pena de soçobrarmos em condições que nada acrescentarão de positivo ao prestígio anteriormente adquirido.

Em primeiro lugar desejaria abordar a questão da **IMAGEM** da A25A.

Para o cidadão comum, a A25A presume-se constituída por uma boa parte dos denominados "Capitães de Abril", organiza ou participa em actividades comemorativas do aniversário da "revolução dos cravos" e possui um discurso conotável ideologicamente com a **esquerda** política. Quanto a outras actividades, nomeadamente de âmbito cultural, parece não ser muito significativo o impacto obtido a nível da opinião pública.

A imagem da A25A deve ser construída, fundamentalmente, através da actividade cultural que, sem esquecer os valores históricos que são património próprio, mergulhe nas questões de interesse nacional actuais e futuras.

A Associação 25 de Abril possui a característica única, entre as colectividades do tipo "associação cívica", de ter entre os seus membros um núcleo de sócios-fundadores que são militares do Quadro Permanente. Essa circunstância – que não é meramente casual, mas sim de raíz estatutária – como que impõe que a colectividade se pronuncie de forma privilegiada, em termos culturais, em matérias do âmbito castrense. É esse, de resto, um dos fins explicitamente consagrados no artigo 3.° dos respectivos Estatutos.

A existência de sócios civis – que voluntariamente aderiram ao espírito de uma Associação até então constituída exclusivamente por militares – terá que ser entendida como forma ideal de alcançar, entre outras metas, a perfeita ligação das FA com o comum dos cidadãos. Assim sendo, a Associação 25 de Abril deverá estar na linha da frente de qualquer debate que coloque os cidadãos perante as questões da Defesa Nacional.

É no debate das grandes questões estruturais e dos valores nacionais que se deve realizar o esforço principal da nossa actividade.

Encontram-se em nítida fase de "esgotamento" as outras tarefas previstas no referido artigo 3.° dos Estatutos:

- A divulgação do espírito libertador do 25 de Abril;
- A recolha de material de interesse histórico;
- As comemorações da Revolução,
- A pedagogia dos valores democráticos.

Com o decorrer dos anos, estas tarefas – cuja validade se não põe minimamente em causa – começam a revestir-se de contornos marcadamente passadistas. Assim sendo, é chegado o momento de a Associação 25 de Abril assumir claramente o FUTURO. É no debate das grandes **questões estruturais** e dos **valores nacionais** que se deve realizar o esforço principal da nossa actividade. E, sempre que alguma questão de natureza militar estiver a ser objecto da especial atenção dos portugueses, a A25A **tem o dever** de *"promover o debate"*. Nesta, como noutras matérias, não caberá à Associação *estabelecer doutrina*.

Gostaria aqui de recordar uma breve passagem de um ensaio de Eduardo Lourenço, a propósito dos erros da revolução no campo cultural, que julgo dever merecer alguma ponderação da nossa parte:

"Desde o início, a Revolução cometeu uma falta que, esperemo-lo, não lhe seja fatal. Hipnotizada pelo puro combate ideológico – necessário, mas só vivido concretamente pela massa dos cidadãos politizados – a Revolução descurou em excesso o sentimento nacional, deixando à futura Direita, após a cómoda hibernação que lhe ofereceu, a sua exaltada e frenética exploração. É verdade que os valores de "pátria", "patriotismo", "sentimento nacional" pelo seu teor afectivo, de cariz irracional, não costumam ser reivindicados pela Esquerda. É um erro funesto. Nenhuma

(Continua na página seguinte)

(Continuação da página anterior)

Revolução triunfou com argumentos meramente ideológicos. Só a conjugação do interesse nacional e do interesse social assegurou o sucesso das Revoluções que triunfaram ou deixaram após elas a sua marca indelével."

Seguidamente, tratarei a questão da **VITALIDADE** da associação.

Constituída fundamentalmente por militares e civis que viveram a revolução, a maioria dos sócios têm hoje mais de 50 anos. Ocorre perguntar:

- Como estamos de novas adesões?
- Quantos jovens têm requerido a sua inscrição como sócios da A25A?
- Quantos militares do QP no Activo, não contemporâneos do 25 de Abril, são nossos associados?
- A imagem de "esquerda" que a Associação transmite para o exterior favorece ou prejudica as adesões de sócios militares?
- Estaremos a caminho da extinção biológica?

No que aos sócios e apoiantes civis diz respeito – cuja importância é tanto maior quanto é certo gozarem da liberdade de expressão que aos militares no activo não é permitida, temos sabido tirar partido das qualificações pessoais daqueles que ocupam, na sociedade civil, posições de maior relevo? Quantos deles participaram em debates, conferências, exposições e estudos promovidos pela Associação? Temo-los convidado a participar?

Passemos, agora, à questão da **MILITÂNCIA**.

Parece que ninguém estará inclinado a afirmar que os sócios da A25A são um exemplo de militância e assiduidade. Estamos constantemente a ouvir justificações para ausências a reuniões e actividades que, na maior parte dos casos, têm a ver com "a vida muito ocupada" de cada um de nós. Não há, por esse motivo, razão para crítica ou condenação. Mas **importa ter isso em consideração**, como factor importantíssimo do nosso potencial de produção.

Se houvesse uma categoria de "sócio na efectividade do serviço", quantos seríamos?

Com alguma mágoa o digo: se não formos capazes de aumentar significativamente a nossa presença na sociedade portuguesa, então há que assumir claramente a discussão da continuidade da Associação. Não vejo nisso nenhuma derrota para o projecto que idealizámos por alturas da sua fundação. Atrevo-me, mesmo, a sugerir que as comemorações do 25.° aniversário da revolução, em 1999, poderiam constituir o momento apropriado para, invocando a consolidação da Democracia, extinguir a Associação 25 de Abril.

Atrevo-me, mesmo, a sugerir que as comemorações do 25.° aniversário da revolução, em 1999, poderiam constituir o momento apropriado para, invocando a consolidação da Democracia, extinguir a Associação 25 de Abril.

Seja como for, há que tomar decisões bem ponderadas e recusar as grandes tiradas emotivas do passado recente que, posteriormente, se não reflectem na actividade associativa.

Lisboa, 08 de Março de 1997

David Manuel de Matos Martelo
Sócio Fundador n.° 1376

"A todos os que viveram e acreditaram no 25 de Abril e em especial àqueles que o fizeram:

Posso dizer que sou da geração de 74, contudo naquele DIA ainda estava no útero portanto não o vivi, diria apenas que nasci e cresci com o sonho de todos os que fizeram aquele dia. À medida que fui crescendo, aquele também se tornou o meu sonho, o sonho de viver num sítio melhor. Um sítio onde todos pudessem sonhar, um sítio onde todos pudessem realizar os seus sonhos.

É um sonho muito claro, mas também muito difuso na medida que só sabemos onde queremos chegar, mas não sabemos exactamente o caminho. Nos primeiros tempos tentámos alguns caminhos, mais tarde decidimos ir por outros (provavelmente melhores que os primeiros), o problema é que à medida que fomos avançando fomos esquecendo-nos do sonho e por isso hoje vivemos um pouco perdidos, diria mesmo cegos! Queremos apenas sobreviver num meio cada vez mais hostil, curiosamente o mesmo que queriamos que fosse mais humano e mais há medida do nosso sonho. Esquecemo-nos que para atingir o nosso sonho é preciso trabalhar e lutar por ele, é também necessário que sejamos todos a lutar por ele e não ficar há espera que outros o façam por nós.

Nunca é tarde para voltarmos a sonhar e lutar por esse sonho, mas quanto mais tarde o fizermos menos provável é que um dia tenhamos a hipótese de vermos o nosso sonho realizado, talvez aqueles que sonharam naquele dia, nunca venham a vivê-lo plenamente, mas peço-vos que pela minha geração e pelas vindouras nos ajudem a lutar pelo sonho que um dia foi o vosso e que hoje é também o meu!"

(Luís Carlos Paixão Coentro)

AS COMEMORAÇÕES DO 25 DE ABRIL E A REALIDADE QUE NOS CERCA

Penso que as comemorações que anualmente se fazem a todos os níveis caíram numa mera rotina de comemorar o acto em si o que, no meu modesto entender, não dignifica verdadeiramente os ideais de libertação e de fraternidade, que resplandeceram em muitos e muitos milhares de corações, nessa radiosa alvorada do dia 25 de Abril de 1974, em que muitos de nós tivemos a sorte e o privilégio de participar. Hoje, apesar de passados mais de 20 anos, continua e há-de continuar a ser a referência principal de quem ama a verdadeira liberdade de que todos, sem excepção, tem o direito de usufruir com sentido de responsabilidade inerente ao seu conhecimento das coisas. Mas que têm também o dever de desenvolver e aprofundar, de modo que ela seja verdadeiramente dignificante para a pessoa humana, para que com ela se encontre a dignidade, que leve cada um de nós a ter respeito por todos, independente da cor da pele, etnia, ou religião.

Os valores humanistas referenciados atrás, e outros como a solidariedade e a verdade não podem ser lembrados só nesse dia em que se comemora simbolicamente a efeméride. É de louvar essas atitudes mas, no meu modesto entender, não havendo uma aplicação na prática dos valores mencionados, os mesmos acabam por serem pervertidos, ainda que não intencionalmente, mas por não serem no dia a dia aplicados para benefício de todos.

Esses valores humanistas que cada um de nós deve ter dentro de si e defender, começam logo a desenvolver-se e a construir-se em meu entender, em casa no seio da família, questionando tudo o que a sociedade em que vivemos tem de bom e de mau, de forma a despertar a consciência profunda daquilo que nos rodeia e afecta de algum modo. A necessidade da discussão dos problemas que afectam a sociedade e as interrogações provocadas por eles no nosso espírito, leva-nos a transportá-los até aos amigos. A escola, nos vários níveis de ensino, com sentido crítico e responsabilidade devia cultivar esses valores humanos, com o objectivo fundamental da verdadeira libertação da pessoa humana, nas várias vertentes de que é composta, ligados ao seu espírito criador e à necessidade constante de adquirir mais conhecimento. Com outras instituições culturais, contribuiria com a sua quota parte, para despertar as consciências, para a necessidade de participação activa em acções singulares ou colectivas, nas instituições já existentes ou outras a serem criadas, contribuindo desse modo, empenhada e responsavelmente para que a sociedade possa ser melhorada nos mais diversos aspectos, os valores humanistas sejam desenvolvidos e cultivados e se trave a degradação a que os mesmos estão sendo sujeitos.

A melhoria e aperfeiçoamento da sociedade, dada a complexidade e gravidade dos problemas que enfrenta nos mais diversos domínios, exige que todas as instituições cívicas e não só, organizadamente, dêem as mãos, em benefício das pessoas e da população no geral afectadas por esses gravíssimos problemas.

A droga, a prostituição, o racismo e a xenofobia, a violência, o desemprego, o álcool, os problemas ligados à terceira idade e também à juventude, a pobreza, os marginalizados, a degradação da qualidade de vida, a poluição, a perda de valores, só serão futuramente resolvidos, se se compreender as causas que lhe estão na origem, por forma a se definir uma estratégia concertada para o combate directo a estes terríveis flagelos. Com sentido de responsabilidade, sem elitismos, com humildade e sentido de entreajuda, com conhecimento das dificuldades a ultrapassar, das necessidades reais da população, e do conhecimento dos seus maiores problemas, dos seus anseios, se pode, em consciência plena, traçar um plano que envolva todas as entidades, governo, instituições e outras organizações. E depois sensibilizá-las e motivá-las ganhando-as para este grande combate que é de todos e de que ninguém se deve arvorar como principal mentor, sob pena de se cair em situações que se devem evitar a todo o custo.

Trata-se, afinal, de elaborar, com inteligência e tendo em conta a realidade, um plano, primeiramente embrionário, que leve em conta a necessidade de se conjugar esforços que evolua para um plano principal a ser gizado no futuro, no qual participem todas as Associações Cívicas, de Solidariedade Social, Culturais e outras e com entidades públicas e o governo em particular, que institua o quadro para actuação no terreno, de modo a se criarem as condições necessárias para soluções desses gravíssimos problemas. Há necessidade premente de alguém o fazer com medidas de fundo e inovadoras, pois a realidade é atroz e monstruosa.

Reconheço que a explanação feita enferma de falta de dados concretos sobre os problemas apontados. Não foi minha intenção dá-los nem estou em condições de o fazer, pois falta-me o conhecimento suficiente deles face à sua complexidade incluindo a vertente monetária, fundamental para a sua solução. Mas o que motivou esta pequena reflexão, ou análise da realidade que nos rodeia, é constatar que se comemoram datas, em vez de concretamente as realizarmos.

Peço compreensão àqueles que por ventura venham a ler estas linhas e que também pensam nos problemas apontados, mas que tal como eu não têm soluções para os mesmos, uma vez que nos transcendem pela sua complexidade e envergadura.

Por último queria realçar, que sem uma perspectiva cultural e sentimental, enraizada nos valores humanistas e universais, os problemas referenciados – e outros não apontados, como a fome – dificilmente serão resolvidos e ultrapassados. Envolvem culturas e até religiões distintas, mas a solução terá que ser inserida numa perspectiva humanista ligada aos valores cristãos, difundidos principalmente pelos portugueses através dos tempos pelos cinco continentes e que a esses valores e a outros que também existem noutros povos temos que voltar para que se reencontre a dignidade e com ela a solução desta complexa e terrível situação em que a sociedade caiu. Para tal é necessária a colaboração de todos e o seu empenho determinando.

Não queria deixar de mencionar e por coincidência, que no dia em que escrevo estas linhas (23 de Fevereiro de 1997) faz 10 anos que Zeca Afonso nos deixou. Bem queria lembrar, em sua memória, outros assuntos que nos trouxessem alegria e felicidade. Mas não mo permite a realidade que nos cerca, que é atroz e entristece quem dela tem conhecimento.

A Liberdade, a Fraternidade, e a Dignidade pela qual Zeca Afonso sempre lutou, são metas ainda muito longe de se atingirem, na sua verdadeira dimensão. É visando esses valores que aqui deixo expressa a minha modesta homenagem a esse Homem que contribuiu, com as suas trovas e cantigas, para acordar espíritos, de doutores e de gente humilde, para a necessidade imperiosa de em Portugal haver Liberdade, e com ela se caminhar ao reencontro dos valores humanistas e universais do povo português.

ARTUR CUSTODIO DA SILVA

Diz-se que a imagem emblemática do 25 de Abril correu mundo através da mensagem contida nas estrofes de um poema, que a Grândola foi buscar o nome e nas suas gentes encontrou a alma que as palavras transmitem.

Talvez por isso o 25 de Abril continue a inspirar poetas.

Aqui ficam alguns dos que, em verso, quiseram invocar o significado da data, quando se cumprem 23 anos do acto que a celebrizou.

ABRIL

Eu quero ser revolucionário como Abril,
escrevendo chilreios de vitória pelos céus,
bocados enormes de utopia sangrada,
de silêncio tornado em ampla fonte.
Eu quero renascer como Abril,
repartir-me por águas incontidas,
que rompem o cimento da terra,
o esplendor sólido de estátuas imóveis.
Apetece-me saborear o ímpeto de Abril,
pronunciar um ritmo que procria caminhos,
versos alojados em horizontes diurnos,
retratos límpidos de faces luminosas,
apetece-me reter nas mãos o futuro,
o destino disfarçado de criança,
contando as ruas onde os cravos se estendem,
como célebres guerreiros que descansam tranquilos.

JOAQUIM MELO RIBEIRO SIMÕES
23 ANOS

EU, QUE JÁ VIVI TANTAS VIDAS
VI AS GOTAS DE ORVALHO RESVALAREM PARA O ROSTO, DESAGUANDO NOS LÁBIOS, SABOREEI A ALEGRIA, A EMOÇÃO E A DOR DAS AMARGURAS!

TU, QUE NÃO ENTENDES ESTA VIDA, PRENHE DE DESEJOS OCULTOS, FRUTO DE PALAVRAS DITAS AO ACASO, POR NÃO ENTENDERES QUE POR DETRÁS DE CADA SER, HÁ UM REPOSTEIRO DE DOR ESCONDIDA
DENTRO DE CADA UM DE NÓS, HA UM BARCO ÀS VEZES PRESTES A NAUFRAGAR NOS LÁBIOS, MAS QUE A TEMPESTADE DA ALMA CALA!

NÃO SEI SE ESTAS PALAVRAS SÃO O FIM OU O PRINCÍPIO DOS MEUS DIAS, CONTADOS MINUTO A MINUTO, SEGUNDO A SEGUNDO, TENTANDO ATRASAR OS PONTEIROS DO RELÓGIO DO TEMPO.

NÓS, QUE PISAMOS ESTA TERRA MÃE, QUE NOS FOI LEGADA, TENTAMOS VIVER/SOBREVIVER PARA O BEM/MAL DOS NOSSOS DIAS, MAS QUE É VIDA!

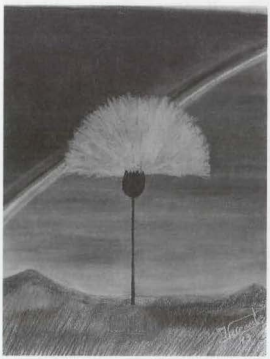
PORQUE VIVER É AMAR, SOFRER, SORRIR, REALIZAR, REVOLUCIONAR E SER FELIZ!

NUELMA GUERRA

Do olho em sangue
Um cravo em liberdade...
Uma história de pátria,
Uma madrugada em claridade
E do sonho – uma certeza –
Vale a pena lutar!
Vale sempre a pena lutar...
Pelo rasgo de intervenção,
Um rádio tocou Grândola
– Mil rádios a tocar –
E um povo que sabia
Vale a pena lutar!
Vale sempre a pena lutar...
Arrastar nas ruas onde o medo geminou
A coragem da revolta,
Arrastar a derrota de uma escravidão,
Servir apenas a vontade de um povo
Que sabia:
Vale a pena lutar!
Vale sempre a pena lutar...
Vale sempre o espanto de se ser maior
Que a própria alma que se conhecia:
Saber investir com a arma imensa
Contra um poder que escarnecia
Da alma humana – livre e soberana –
Será amanhã sempre um novo dia,
Para um povo que sabia
Que vale a pena lutar!
Vale sempre a pena lutar...
Lutar, mesmo no luto de perder irmãos,
Erguer a voz, unir as mãos,
Unir as almas numa só canção:
Ouve-se ao longe o clarim de Angola,
Um novo dia lá vem
Para quem sabe repudiar esmola
De viver à míngua da angústia e do desdém
Um novo sopro, uma outra aurora,
Para um povo que sabia
Que vale a pena lutar!
Vale sempre a pena lutar...
E porque em anos de silêncio
Rasgado a espasmos de dor
Houve um povo que conseguiu
Fazer retumbar o tambor...
Porque a liberdade demora
Porque foi dura de alcançar,
Haja sempre liberdade
P'ro povo que soube lutar...!

ANA CARLA MIGUÉIS AMARO
20 ANOS

JOSÉ FERNANDES EXPÕE EM ALCOCHETE



Com inauguração marcada para o dia 19 de Abril a exposição de pintura "25 por 25", do nosso associado José Fernandes, marca o início de actividades evocativas e comemorativas de mais um aniversário do 25 de Abril no Concelho de Alcochete.

A exposição que é organizada pela Câmara Municipal e conta com o apoio do Montepio Geral e da Associação 25 de Abril, estando patente ao público no Museu Municipal daquela autarquia até ao dia 6 de Junho.

José Manuel Nunes Fernandes, nasceu em Lisboa em 1953. Desde muito cedo se interessou pela pintura, ganhando o seu primeiro prémio aos 14 anos, na Exposição Turismo Passaporte para a Paz, modalidade de pintura.

Fez os estudos normais na cidade de Lisboa tendo concluído o Curso de Artes Plásticas (pintura e cerâmica) do CAV/MEC, em 1972.

Com o ingresso no SMO, em 1973 abandona a pintura "esquecendo-a" por completo até 1983, ano em que vai para África como Delegado da Cruz V Internacional.

Volta então a produzir fascinado pela cor e espaço africanos que o influenciam fortemente. Com duas exposições individuais e diversas colectivas, este artista plástico e militar de Abril, apresenta-nos agora esta mostra, cuja temática é o 25 de Abril.

CONVITE

A Câmara Municipal de Alcochete e a Associação 25 de Abril tem a honra de convidar V. Exa. para a inauguração da Exposição de Pintura "25 por 25", de José Fernandes, no dia 20 de Abril de 1997 pelas 17.30 Horas, no Museu Municipal de Alcochete.

Apoio do Montepio Geral

festa jovem

Começámos em 1994, no 20.° aniversário. Com o apoio da CM Almada, lançámos mão à organização de uma festa onde os jovens (6 a 12 anos) pudessem brincar, a fazer ginástica.

Foi um sucesso e, por isso, insistimos. Em 1995 fizemo-lo já em conjunto com a própria Câmara Municipal de Almada. Continuou a ser um sucesso, e este ano vamos, pela 4.ª vez, organizar a Festa Jovem. Com a organização alargada que engloba, para além da A25A, a CM Almada as Federações Nacionais de Ginástica e de Trampolins e Desportos Acrobáticos e as Associações de Ginástica de Lisboa e Setúbal.

Na presença do Presidente da República, que aceitou o nosso convite, vamos assinar um Protocolo de intenções, com vista à "oficialização" da Festa Jovem.

É, assim, no seio dos mais novos, vamos lembrando Abril e procurando transformá-lo no futuro das novas gerações.

O que justifica, plenamente, uma palticipação intensa de todos. Se puder, não deixe de comparecer, às 14h30 do dia 20 de Abril no Complexo Desportivo "Cidade de Almada", Feijó.

CORRIDA DA LIBERDADE

Como é já um hábito, mais uma vez vamos organizar as Corridas da Liberdade, na cidade de Lisboa. Com partida de vários locais significativos da acção militar do 25 de Abril de 1974 e chegada aos Restauradores, vão correr pelas ruas de Lisboa, comemorando Abril, muitos e muitos portugueses e portuguesas. Organização conjunta da A25A, da CML, da FPCCR e da CM Loures, é já uma tradição nas comemorações do 25 de Abril. Que irá continuar.

Participe ou, no mínimo, compareça para incentivar os participantes, na Avenida da Liberdade, entre as 9.30 e as 11.00 do dia 25 de Abril.

NORTE

Como é habitual, teve lugar no passado dia 31 de Janeiro do corrente as comemorações dessa efeméride.

Com a presença de algumas dezenas de pessoas, decorreu no Cemitério do Prado do Repouso, na cidade do Porto, a evocação dessa longínqua data.

Na ocasião, usaram da palavra o Vice-Governador Civil do Porto, o Presidente do Clube de Sargentos do Exército e o Presidente da Delegação do Norte da Associação 25 de Abril.

De seguida se transcrevem as respectivas intervenções

Intervenção do Sr. Raul Brito, Vice-Governador Civil do Porto

Uma vez mais, mas sempre com muita honra e muito orgulho, nos encontramos aqui para homenagear um grupo de civis e de militares do Porto que não hesitaram dar as suas vidas em penhor da Pátria ofendida.

O seu exemplo e a sua coragem são para nós uma bandeira que continuamos a levantar bem alto, hoje mais que nunca, com o orgulho de vivermos numa República que tem procurado cumprir o ideal enunciado por Sampaio Bruno: "o amor por princípio, a ordem por base, o progresso por fim".

Também hoje, em Paris, um grupo de democratas, alguns deles outrora exilados como os revolucionários que hoje lembramos, prestam homenagem ao Dr. Alves da Veiga, o chefe civil do 31 de Janeiro.

Com eles estamos em espírito e a eles nos associamos nesta tão justa homenagem.

Às gerações mais jovens, àqueles que serão o futuro da nossa Pátria, talvez valha a pena lembrar o porquê dessa "gloriosa, sublime manhã" de 31 de janeiro de 1891. Um ano antes, mais precisamente em 11 de Janeiro de 1890, a Inglaterra, nossa velha aliada, aproveitando a fragilidade do governo português de então, enviava-nos um Ultimatum relativamente à nossa presença em territórios situados entre Angola e Moçambique.

A capitulação do governo português fez corar de vergonha muitos dos nossos concidadãos, nomeadamente os republicanos do Porto. Daí que tenha sido nesta cidade a primeira tentativa de proclamar a República. Em 1891 tal desiderato não foi possível. O exemplo destes bravos, porém, não seria esquecido. A semente era boa e o fruto, embora com algum atraso, acabaria por ser colhido. Em 5 de Outubro de 1910 cumpria-se em Lisboa o que no Porto foi apenas desejo e esperança.

Hoje, com os olhos voltados para o futuro, com emoção, cidadãos de um País Livre e Independente, vimos de novo dar testemunho da nossa eterna gratidão àqueles que em 31 de Janeiro de 1891 ao darem as suas vidas por amor à Pátria, à República e à Liberdade, contribuiram como diria o Poeta, para "cumprir Portugal".

Intervenção do Sarg. Mor Chaves Dias, Presidente do Clube de Sargentos do Exército

Não podemos e não devemos esquecer a história. Porque só uma verdadeira avaliação do passado nos permitirá construir o futuro!

Já em tempos afirmei que o 31Jan1891 esteve para o 05Out1910 como o "golpe" das Caldas da Rainha esteve para o 25 de Abril de 1974.

Uma coisa me parece obvia: não basta implantar a república ou reconquistar a democracia. É preciso, isso sim, que esses movimentos tenham posterior correspondência nos ideais daqueles que os levaram a cabo com grande coragem e abnegação, sacrificando a vida pessoal, profissional e até o que há de mais sagrado: as próprias vidas!

As expectativas criadas,obrigam-nos cada vez mais a uma imperiosa reflexão no sentido de dar corpo aos naturais anseios do nosso povo, ao mesmo tempo que devemos reforçar os princípios da liberdade, da fraternidade e da solidariedade.

Encontramo-nos presentemente numa encruzilhada que se afigura crucial para o nosso futuro. No entanto,em vez de os nossos governantes nos elucidarem relativamente a esses problemas que teremos de enfrentar, somos diariamente "bombardeados" pelos media com futebol e telenovelas, ou seja, "pane et circenses". Compete ao governo que V. Exa. mui dignamente representa fiscalizar e ao mesmo tempo sensibilizar os media para esta situação cujo flagelo só é ultrapassado pela droga.

Aos meus chefes militares, a quem respeitosamente saúdo, queria daqui lembrar que estamos num estado republicano e democrático. Como tal, temos o direito de celebrar com dignidade as datas históricas evocativas da república, por maioria da razão, porque se trata também de uma homenagem a camaradas militares.

Viva o 31 de Janeiro
Viva a República
Viva Portugal

(Continua na página seguinte)

(Continuação da página anterior)

Intervenção do Ten. Cor. Ribeiro da Silva, Presidente da Delegação Norte da Associação 25 de Abril

31 de Janeiro de 1891
31 de Janeiro de 1997

Cento e seis anos decorridos.

A MEMÓRIA COLECTIVA de um povo é um dos seus bens mais preciosos.

Sem nostalgia do passado, mas tendo nele marcos humanos de referência importantes quer no plano ético, quer moral, quer intelectual, são estes que nos ajudam melhor a compreender a nossa identidade e nos poderão melhor projectar no futuro como povo.

Essa memória colectiva passa precisamente pela evocação dos factos e das individualidades mais relevantes do nosso passado, quer de forma escrita, quer pela comunicação verbal, quer pelas iniciativas de carácter permanente que um pouco por todo o lado existem no país (na toponímia das cidades, em museus, em fundações, em estabelecimentos de ensino, etc.).

Alimentar a nossa memória colectiva é mais que desejável, um dever cívico.

Penso mesmo que uma das grandes dificuldades da Educação na Sociedade portuguesa actual é a incapacidade de quer nas escolas quer no seio da família se passar o testemunho às gerações vindouras dos passos essenciais que construiram o carácter da Nação.

Hoje estamos aqui para ajudar, penso, a atenuar essa lacuna, com a evocação do acto corajoso de um punhado de homens (cívis e militares), que nesta cidade, neste mesmo dia, no ido ano de 1891, iniciaram uma revolta republicana.

Homens como Alves da Veiga, hoje muito justamente homenageado em Paris, João Chagas, Sampaio Bruno, o capitão Leitão, o alferes Malheiro, e tantos outros, sonharam, tentaram, mas foram naquele dia vencidos, na sua cruzada a favor da LIBERDADE.

Mas, a semente ficou, frutificou em 5 de Outubro de 1910 e floriu no 25 de Abril de 1974.

Estes homens que sonharam e tentaram em todas estas datas, têm algo em comum, o seu grande amor à LIBERDADE.

É também isso que nos junta hoje aqui nesta evocacão – o nosso profundo amor á LIBERDADE e a nossa solidariedade em volta desse sentimento.

Sobre o 31 de Janeiro não me vou alongar mais já que muitos oradores neste mesmo dia já o fizeram e o farão muito melhor que eu.

Cabe aqui hoje dizê-lo que é importante que todas estas datas históricas e muitos dos seus construtores estão lembrados na toponímia desta cidade, com excepção do 25 de Abril de 1974 que não figura no roteiro das suas praças, avenidas ou ruas. Deverá ser dos poucos casos no nosso país e há que corrigir.

Aqui fica o apelo, a bem da LIBERDADE.

Sejamos ser dignos do património cívico e moral da giesta de homens que neste mesmo dia há mais de uma centena de anos concluiram uma das mais belas páginas da nossa História recente.

Viva a República
Viva Portugal

DOCUMENTAÇÃO REFERENTE AO 25 DE ABRIL

COLABORE COM A A25A!

AJUDE-NOS A ORGANIZAR O NOSSO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO!

AJUDE-NOS A ORGANIZAR A NOSSA HISTÓRIA!

QUEREMOS QUE A HISTÓRIA SE NÃO REESCREVA.

QUEREMOS FACILITAR A SUA CORRECTA LEITURA E COMPREENSÃO.

COLABORE CONNOSCO!

ENTREGUE, DEPOSITE, OS DOCUMENTOS EM SEU PODER!

A Associação de Oficiais das Forças Armadas (AOFA) promoveu, no passado dia 16 de Janeiro, um Colóquio subordinado ao tema "Forças Armadas. Que Futuro?". A Direcção da AOFA teve a gentileza de convidar a A25A que esteve presente, para além de muitas associadas que são também sócios da AOFA, na pessoa do seu presidente, tenente-coronel Vasco Lourenço.

O colóquio, que provocou larga participação da assistência que enchia a sala do Hotel SOFITEL, particularmente em torno da candente questão do modelo institucional militar, foi moderado pelo brigadeiro Pezarat Correia e contou com as intervenções de fundo do General Alípio Tomé Pinto e do Jornalista Óscar Mascarenhas.

COLABORE COM A A25A

PAGUE AS QUOTAS

A Associação Nacional de Sargentos promoveu, no passado dia 1 de Fevereiro, a comemoração do "Dia Nacional do Sargento" que integra também a celebração e invocação do "31 de Janeiro de 1891". A iniciativa incluiu uma sessão solene e um almoço convívio, para as quais a ANS convidou, gentilmente a A25A. Além dos inúmeros sócios da ANS que são também da A25A, esta fez-se representar oficialmente pelo vice-presidente da Direcção, comandante engenheiro Falcão de Campos.

Foi constituída a Associação Amigos do 25 de Abril do Luxemburgo. Trata-se de uma associação sem fins lucrativos que foi fundada no dia 25 de Abril de 1996. Os seus objectivos principais são a promoção dos ideais do 25 de Abril – Liberdade, Democracia e Desenvolvimento; o desenvolvimento dos contactos culturais entre as várias comunidades residentes no Luxemburgo; o combate contra o racismo, a xenofobia e todas as formas de descriminação; a promoção da ideia de uma Europa aberta e solidária.

Do seu plano anual de actividades fazem parte as comemorações do 25 de Abril e de outras datas importantes da história portuguesa: 10 de Junho e 5 de Outubro. Estas comemorações têm tido uma grande aceitação por parte da população. Em 1997 têm previstas uma série de actividades sob o tema "Abril no Luxemburgo", do qual fazem parte não só as comemorações do 25 de Abril, como também uma série de iniciativas integradas no quadro de "1997 Ano Europeu contra o racismo".

ASSEMBLEIA GERAL

A Assembleia Geral reuniu em 8 de Março, com a participação de meia centena de associados (de destacar a presença de uma pequena "representação" da delegação Norte). Sessão ordinária, decorreu normalmente, com a aprovação do Relatório e Contas da Direcção e do Parecer do Conselho Fiscal, bem como a ratificação da admissão de novos sócios (29), apoiantes (4) e sócio colectivo (1 Associação Portuguesa de Amsterdão).

Se a discussão dos temas referidos, constantes na agenda prevista, foi bastante pacífica, já o debate desenvolvido à volta do tema "A A25A e o futuro" foi bem mais acalorado e dinâmico.

O debate desenvolvido à volta do tema "A A25A e o futuro" foi bem mais acalorado e dinâmico.

São de referir, nessa discussão, os seguintes pontos:

- Em primeiro lugar, a reafirmação unânime da necessidade de consolidar e fortalecer a A25A.
- Necessidade da dinamização da A25A, através da organização dilatada no tempo de debates sobre temas nacionais na "ordem do dia" com a presença de figuras de reconhecido mérito.
- Necessidade da dinamização da A25A, através de actividades culturais não só no período das comemorações do 25 de Abril mas também ao longo do ano.
- Necessidade de virar a actual relação A25A/comunicação social. Pretende-se, aqui, uma maior visibilidade "forçando" as barreiras que norrnalmente se levantam e que fazem com que a A25A se não veja minimamente retractada na referida comunicação social.
- Utilização de "O Referencial" como veículo privilegiado de ligação A25A/sócios e destes entre si próprios. Apelo à intensificação da participação dos associados.
- Comemorações do 25° aniversário do 25 de Abril. Acentuada a necessidade de elaboração de um planeamento atempado, que possibilite organizar devidamente as "bodas de prata" da data libertadora. Apelo à participação militante e entusiasta dos associados.

Sobre as questões referidas, o Presidente da Direcção, nas várias intervenções que fez, manifestou a preocupação que a Direcção tem sobre as mesmas. Referiu e acentuou, contudo, ser fundamental, uma maior militância e intervenção dos associados na vida da A25A. Só assim, em sua opinião, se conseguirá dinamizar a vida da nossa associação. Apelou, portanto, à participação activa dos associados, pedindo especificamente sugestões para a mensagem a emitir por ocasião do 23.° aniversário do 25 de Abril.

Fundamental, uma maior militância e intervenção dos associados na vida da A25A

Relativamente à sede, foram prestadas informações quanto aos passos significativos, que vêm sendo dados, para poder iniciar as obras de reconstrução, ficando bem patente os diversos obstáculos burocráticos com que a A25A se vem confrontando.

Resumindo refira-se que das intervenções do Presidente da Direcção se pode concluir que, se forem convergentes, a militância dos associados a criação de meios de financiamento e uma consequente boa e equilibrada gestão da A25A e a construção da nova sede, estão criadas condições para uma maior dinamização da A25A.

De destacar a intervenção do sócio David Martelo, ao avançar com a "eventual necessidade de pensar na dissolução da A25A", teve a virtude de provocar os sócios e levou a que o mesmo se sentisse satisfeito, por ter atingido um dos seus objectivos, pondo os sócios a discutir a vida da A25A. Assim tudo tenha seguimento e contribua para a dinamização da nossa Associação.

JORGE RIBEIRO
s/ 1233

OFERTA DE LIVROS À A25A

- "Memória das Guerras Coloniais"

de João Paulo Guerra

Oferta do sócio António Heliodoro Durão

COMEMORAÇÕES POPULARES

COMPAREÇE!

PARTICIPE!

ASSOCIADOS FALECIDOS

IRENE ADELINA DAS DORES PALMA DA COSTA DELFIM

Apoiante n.° 1466

A todos os seus familiares, as nossas sinceras e profundas condolências.

CONVITES FEITOS À A25A

A GESTO - COOPERATIVA CULTURAL
Debate " O lixo da cultura"
31-01-97

AMASCULTURA
Estreia da peça "Magalhães, nobre tragédia -Histórico-Comico-Maritima"
29-01-97
Estreia da peça "O Atroz fim de um Sedutor"
27-03-97

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS
Almoço - Comemorativo do 31 de Janeiro -Dia Nacional do Sargento
01-02-97

ASSOCIAÇÃO DE OFICIAIS DAS FORÇAS ARMADAS
Debate " Forças Armadas Que Futuro?"
16-01-97

CÂMARA MUNICIPAL DE ALMADA
Inauguração da exposição "Imagem 1996"
30-01-97

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
Ciclo: Ano Europeu contra o Racismo: O contributo das Comunidades Imigrantes no Desenvolvimento de Portugal
06/11-01-97
Ciclo: Política de saúde no Estado Novo
13/18-01-97
Exposição do escultor José Aurélio "3 Encontros com Pessoa"
Exposição de fotografia "Piel de Elbano -Uma visão de Ramon Catalan"
16-01-97
Lançamento da obra "Os parâmetros jurídicos do uso da força"
28-01-97
Colóquio "A Revolta da Sé"
29-01-97
Colóquio "A Biblioteca Museu República e Resistência espaço privilegiado na Investigação e estudo da História Contemporânea"
31-01-97
Lançamento da obra "Obras quase completas" de Dr. Júlio de Almeida Carrapato
19-02-97
Lançamento da obra "Antologia Poética " de Domingos Carvalho
20-02-97
Ciclo: "Democracia e Sindicato de Polícia"
04/05/06-02-97
Colóquio " A Pacificação Africana-Angola"
21-02-97

CÂMARA MUNICIPAL DA MOITA
Almoço/Inauguração do Monumento em homenagem a José Afonso
23-03-97

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA
Reflexões sobre o movimento "Encontro Neo-Realismo-perspectivas para um museu
13/15-03-97

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM
Inauguração da Biblioteca Municipal
22-03-97

CLUBE MILITAR NAVAL
Tomada de posse dos Corpos Gerentes
07-03-97

CLUBE DE SARGENTO DA ARMADA
Tomada de posse dos Corpos Sociais
01-02-97
Sessão solene comemorativa do 22.° Aniversário da sua fundação
22-02-97

COMISSÃO COMEMORATIVA 31.° ANIV. MORTE HUMBERTO DELGADO
Cerimónia evocativa
16-02-97

COMPANHIA DE TEATRO DE ALMADA
Estreia da peça "O Tambor de Seda" de Júlio Mishima
17/18-01-97

FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE TRAMPOLINS E DESPORTOS ACROBÁTICOS
Tomada de posse dos Orgãos Sociais da FPTA
25-03-97

GALERIA ARTE CAPITEL
Exposição retrospectiva de Mila Reis
08-02-97
Inauguração de exposição de Maria Alcina
01-03-97

GALERIA QUADRADO AZUL
Exposição de pintura de Viladecans
07-02-97
Exposição de pintura de Leonel Moura
21-03-97

JUNTA DE FREGUESIA DE LINDA-A-VELHA
Sessão comemorativo do Dia da Mulher
08-03-97

MURPI- CONF. NAC. REF. PENS. E IDOSOS
2.° Congresso
15-03-97

TEATRO DA CORNUCÓPIA
Estreia da peça "Sermão da quarta-feira de cinzas'" do padre António Vieira
22-01-97
Estreia da peça "A List" de Gertrud Stein
06/07-02-97
Demónios de Lars Norén
02-04-97

TEATRO MALAPOSTA
Estreia da peça "Inimigo de classe" de Nigel Williams
13-03-97

UNIÃO SINDICATOS DE SETÚBAL
5.° Congresso
14-03-97

VAMOS APRENDER BRIDGE! (35)

Nunca será demais realçar o cuidado que deve haver na procura e na marcação dos contratos de chelem.

Para que essas marcações sejam no futuro, mais consistentes apresentámos, ao longo dos últimos artigos, uma séria de Regras e de Convenções que poderão ajudar a atingir aqueles objectivos.

O assunto é complexo e por tal facto muitas são as «bengalas» ao dispor do bridgista para auxiliarem nessas espinhosas tarefas.

Importará agora que cada um escolha e combine com o parceiro qual ou quais as Convenções a introduzir no vosso sistema para que a marcação dos chelems que vos aparecerem, se traduzam em resultados claramente positivos e sejam motivo de satisfação e de orgulho pelas boas decisões.

Vamos apresentar, ao longo deste artigo, uma outra Convenção que poderá contribuir para a marcação do grande-chelems, o supra-sumo dos prazeres de muitos bridgistas.

A CONVENÇÃO "JOSEFINA"

Esta Convenção é um instrumento que pode ser utilizado como meio auxiliar de diagnóstico na tentativa de **marcação de grandes chelems**.

Deve a sua denominação não a qualquer ligação napoleónica, mas ao facto de lhe ter sido dado o nome da esposa do célebre ELY CULBERTSON, figura indelevelmente ligada à sistematização e desenvolvimento do bridge contrato que ao longo dos anos 30 muito deu para que a evolução do jogo fosse uma realidade.

A Convenção em análise consiste em considerar como uma pergunta ao parceiro sobre a existência de duas grandes figuras (Ás, Rei ou Dama) do trunfo, já claramente acordado, a voz de 5 ST, proferida saltando sobre a marcação de 4 ST.

À pergunta formulada o parceiro responderá com a marcação de 6 no naipe de trunfo, no caso de não deter duas das três grandes figuras, ou com o anúncio do grande chelem quando possuir duas das figuras em apreço.

Do que foi dito sobra a "JOSEFINA" ressaltam duas ideias força:

– Para que possa ser utilizada tem que existir um trunfo **inquestionavelmente** definido;

– Para que possa ser entendida como estando a ser aplicada, num determinado leilão, a voz de 5 ST deve ser dada em salto sobre o 4 ST (BLACKWOOD).

Eis um leilão típico em que foi utilizada a "JOSEFINA":

N	E	S	W
1 ♥	Passo	1 ♣	Passo
2 ♦	Passo	3 ♥	Passo
4 ♣ *	Passo	4 ♦ *	Passo
4 ♠ *	Passo	5 ST	

* Controlos

Perante a pergunta de S, o abridor limitar-se-á a marcar 6 ou 7 ♥ (naipe acordado) consoante não possuir ou detiver duas das grandes figuras de ♥.

À versão inicial da convenção, que aqui apresentámos, foi acrescentado posteriormente um novo conceito, o qual permitiu ultrapassar a lacuna de se ter que prescindir de utilizar o BLACKWOOD para que se pudesse jogar mão da JOSEFINA, o que só poderia ser feito com determinados tipos de mãos e em sequências específicas do leilão.

Tal facto era, por si, obviamente limitativo da frequência de utilização da "JOSEFINA", pois que circunscrevia a sua aplicação a mãos em que se conhecesse inquestionavelmente a existência dos 4 Ases, dado que se tal circunstância se não verificasse seria pouco sensato ir tentar jogar um grande chelem, sem que essa garantia de segurança estivesse preenchida.

Importava então substituir a voz de 5 ST, que era obviamente uma pergunta sobre os Reis num leilão em que fora já desencadeado o BLACKWOOD, por uma outra que **claramente** mostrasse que se estava utilizando a "JOSEFINA" e em que para se marcar o grande-chelem, eram necessárias duas grandes figuras de trunfo na mão do parceiro.

A solução encontrada, hoje muito difundida, foi a de, após a resposta ao 4 ST (BLACKWOOD), ultrapassar a voz de 5 ST com o anúncio económico, **ao nível 6**, dum naipe mais pobre do que o trunfo já definido e que, **de forma alguma**, possa ser considerado como naipe de trunfo ou marcação conclusiva.

Vejamos dois leilões que são exemplos da aplicação deste mais completo conceito da "JOSEFINA":

ABRIDOR	RESPONDENTE
1 ♠	2 ♥
3 ♦	4 ♠
4 ST (BLACKWOOD)	5 ♥
6 ♣ (JOSEFINA)	7 ♠

ou

ABRIDOR	RESPONDENTE
1 ♠	2 ♣
3 ♣	4 ♠
4 ST (BLACKWOOD)	5 ♥
6 ♦ (JOSEFINA) *	6 ♠

* O ABRIDOR utilizou a voz de 6 ♦ para desencadear a JOSEFINA em detrimento de 6 ♣, para evitar ao parceiro qualquer confusão ou dúvida sobre uma eventual marcação conclusiva, dado o naipe de ♣ também se apresentar como segundo "fit".

Vemos assim que o campo de aplicação da Convenção "JOSEFINA" se tornou muito mais vasto, havendo apenas que estar atentos às duas formas diferentes que permitem desencadear a sua utilização.

Até ao próximo número
Luís Galvão

(Continuação da pág. 1)

Parlamento Europeu, directamente eleito, tem cada vez menos peso na definição dos grandes objectivos e mesmo os governos nacionais, indirectamente escolhidos, mas com legitimidade representativa inegável, estão a transformar-se em meros executantes dos grandes objectivos definidos em instâncias supranacionais não eleitas. São os "homens sem rosto" da Comissão Europeia (UE), do Conselho do Atlântico do Norte (OTAN), do Banco Europeu, da OCDE, do FMI, instâncias estas sempre condicionadas aos interesses das maiores potências.

Jonathan Eyal, no Guardian Weekley de 19 de Janeiro de 1997, chama a este emergente modelo democrático a "democracia de fotocópia" e define-o assim: *«os lideres eleitos indicam os governadores dos bancos os quais, por sua vez, indicam os seus representantes que, por seu lado, tomam as decisões sobre a economia real para um continente inteiro. E, como todas as cópias de uma fotocópia, o texto torna-se progressivamente menos legível.»* O mesmo raciocinio se aplica às decisoes politicas, sociais, de defesa.

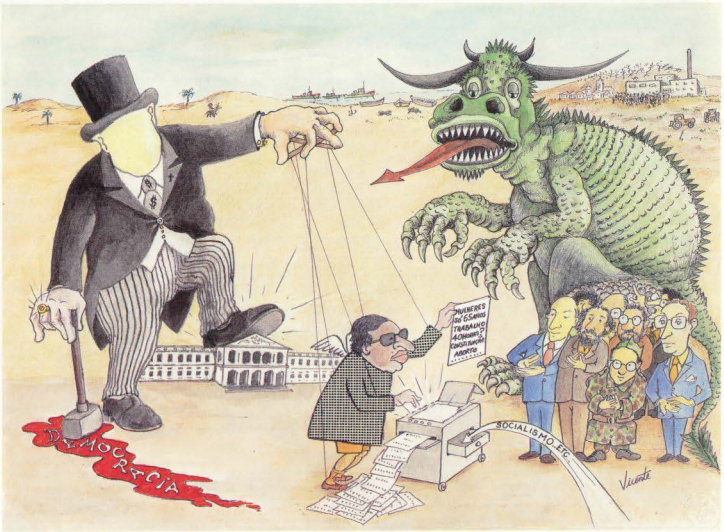
Ignacio Ramonet, o prestigiado director do também conceituado Le Monde Diplomatique publicou sobre este tema, dois excelentes artigos que vale a pena trazer a esta reflexão.

No jornal de Outubro de 1996 sob o título "Democracia vacilante", interroga-se Ramonet: *«estará a democracia confiscada por um pequeno grupo de privilegiados?»* Constatando que *«são cada vez mais numerosos aqueles que denunciam o sistema como uma impostura»*, invoca a situação europeia com os seus 20 milhões de desempregados, 50 milhões de pobres, o *«fosso na coesão social em cuja cúpula se reforça uma classe cada vez mais abastada (...) enquanto na base as bolsas de pobreza se alargam»* e recorda os *«cidadãos marginalizados incapazes de beneficiar das liberdades formais e de fazer valer os seus direitos.»*

Denunciando *«os mercados financeiros que impõem a sua vontade aos dirigentes políticos»*, alerta que *«se pode afirmar que, presentemente, duas centenas de gerentes controlam o destino do planeta.»* Ignacio Romonet é duro na expressão do seu desencanto: *«Hoje, democracia rima com desmantelamento do sector do Estado, com privatizações, com enriquecimento de uma pequena casta de privilegiados (...) Na Europa, os critérios de convergência impostos pelo tratado de Maastricht tornaram-se absolutos e quase constitucionais. Se a isto se acrescentar o cinismo dos governantes que, mal eleitos, se apressam a renegar as suas promessas eleitorais (...); o peso desmesurado dos grupos de pressão; e a crescente corrupção na classe política, como não compreender o descrédito que a atinge? Como não ver que esta democracia em panne favorece, em primeiro lugar, a expansão da extrema direita?»*

Em Janeiro do corrente ano Ignacio Ramonet subscreve outro texto notável, "Os regimes globalitários". Ao condenar a globalização e o pensamento único, a que chama «outro tipo de totalitarismo», regressa às suas preocupações expostas em Outubro: *«Os governantes curvam-se às instruções gerais de política económica definidas pelos organismos mundiais, como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial ou a OCDE. Na Europa, os célebres critérios de Maastricht (défice orçamental e dívida pública reduzidos, inflação controlada) exercem uma verdadeira ditadura sobre a política de Estados, fragilizam o fundamento da democracia e agravam o sofrimento social.»* E conclui: *« a obrigação à revolta, o direito à indignação, tornam-se imperativos de cidadania para recusar estes inaceitáveis regimes globalitários.»*

É evidente que não se deve esquecer o célebre aforismo de Winston Churchill, segundo o qual «a democracia é o pior dos sistemas, com excepção de todos os outros», aforismo que Ignacio Romonet também recorda.

Mas é legítimo duvidar que, quando Churchill teve esta inspiração, estivesse a pensar na democracia tal como hoje vem sendo praticada pelos poderes instalados de todas as matizes e por todo o lado.

PEDRO PEZARAT CORREIA